

Recebido:	22/07/2020
Publicado:	12/09/2020

Roberta Fin Mottaⁱ 0000-0003-4074-0161

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Renato Martins de Limaⁱⁱ 0000-0002-0376-2516

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

“HOMEM QUE BATE EM MULHER, COVARDE É”: A CORAGEM COMO VIRTUDE DE PROTEÇÃO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

RESUMO: Este trabalho investiga o fenômeno da violência de gênero na perspectiva dos estudos feministas de Scott (1995), Saffioti (2004) e Rubin (2012) na consideração de narrativas constituídas e partilhadas na cultura popular como a expressão “homem que bate em mulher, covarde é”, e oferece uma proposta de interpretação a partir da abordagem da Psicologia Positiva de Seligman e Csikszentmihalyi (2000), ao se posicionar como o estudo científico do ótimo funcionamento do ser humano, debruçando-se sobre virtudes e forças de caráter, entre outros constructos. Dessa forma, buscou-se como referencial estudos sobre relacionamentos conjugais saudáveis, quando não há a presença de violência de gênero, nas bases de dados bibliográficos eletrônicos, como Biblioteca

Virtual em Saúde - Psicologia (BVS-Psi), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 2015 a 2020. A partir do método de revisão narrativa (ROTHER, 2007), a análise dos resultados evidenciou que a força de caráter Vitalidade (entusiasmo) presente na virtude Coragem atua fortemente na elevação do bem estar subjetivo (BES) e que este tem relação direta com o aumento da satisfação conjugal e promove vínculos mais duradouros. Os resultados obtidos sustentam a interpretação de que aumentar esta variável impacta na proteção das relações conjugais, impedindo a manifestação da violência de gênero, atuando como prevenção da qualidade das relações.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero. Psicologia Positiva. Coragem

“A MAN WHO HITS A WOMAN, COVARDE IS”: COURAGE AS A VIRTUE OF PROTECTION FROM GENDER VIOLENCE

ABSTRACT: This work investigates the phenomenon of gender violence from the perspective of feminist studies by Scott (1995), Saffioti (2004) and Rubin (2012) in the consideration of narratives constituted and shared in popular culture as the expression “man who hits women, coward is”, and offers a proposal for interpretation based on the Positive Psychology approach of Seligman and Csikszentmihalyi (2000), by positioning itself as the scientific study of the optimal functioning of the human being, focusing on virtues and strengths of character, among others constructs. Thus, studies on healthy marital relationships were sought as a reference, when there is no gender violence in electronic bibliographic databases, such as the Library Virtual Health

Psychology (BVS-Psi), Scientific Electronic Library Online (SciELO) and the journal portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) in the period from 2015 to 2020. Using the narrative review method (ROTHER, 2007), the analysis of the results showed that the strength of character Vitality (enthusiasm) present in virtue Courage acts strongly in the elevation of subjective well-being (BES) and that this has a direct relationship with the increase in marital satisfaction and promotes more bonds lasting. The results obtained support the interpretation that increasing this variable has an impact on the protection of marital relationships, preventing the manifestation of gender violence, acting as prevention of the quality of relationships.

KEYWORDS: Gender violence. Positive Psychology. Courage

1. Introdução

A violência de gênero, expressão adotada pelas correntes feministas como um demarcador político para o que é conhecido como violência doméstica, violência conjugal e violência contra a mulher, é uma questão de ordem pública que afeta as esferas da justiça, da saúde, da dignidade da pessoa, e impacta não só as partes envolvidas como também familiares, amigos, vizinhos, pauta a imprensa e fomenta a opinião pública.

Um fenômeno que vem sendo exaustivamente estudado por diversas áreas do conhecimento. Para além da Psicologia, ancora também pesquisas nas Ciências Sociais, na Enfermagem e no Direito, por exemplo, mas que, ainda assim, não supera o crescimento dos números de mulheres vítimas de violência, de medidas protetivas emitidas e, infelizmente, de casos de feminicídio.

A fotografia do momento é perturbadora. A cada dois segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal no Brasil (RELÓGIO DA VIOLÊNCIA, 2020). O levantamento é do Instituto Maria da Penha que reúne ainda outros dados preocupantes sobre ameaças, assédios, ofensas, atentados e estupros praticados por homem contra a mulher. Na primeira década de vigência da Lei N. 11.340/2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, o Atlas da Violência aponta que o assassinato de mulheres cresceu 15,3%, saltando de 4.030 em 2006, para 4.645 mortes em 2016 (IPEA, 2018). Entre as principais causas, o Raio-X do Feminicídio revela que 45% dos casos foram motivados por “separação” ou “pedido de separação”, 30% “por ciúmes” e 17% “em meio a uma discussão” (MPSP, 2018). Dentre as que tiveram as vidas preservadas com a interrupção do ciclo da violência através de medidas protetivas somaram 236 mil em 2018 no Brasil. Número que, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é 21% maior que no ano anterior.

Embora haja instrumentos legais como a Lei Maria da Penha e Políticas Públicas estruturadas que engrossam os “mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006), o cenário deflagra a relevância dessa área de estudo e os impactos sociais das contribuições científicas, no sentido de mitigar, intervir ou mesmo compreender melhor as variáveis desse fenômeno.

Os dados desafiam a academia a pensar novas possibilidades científicas para interpretar o fenômeno. Muito já se construiu de conhecimento sobre a constituição da vítima, bem como a do agressor e, também, sobre como se engendra esse tipo específico de violência, no sentido de mapear as falhas, faltas, deficiências, desigualdades, entre outros aspectos voltados para a problematização, como será visto com detalhes mais adiante. No entanto, pouco se investiu em estudos de casais não violentos ou pesquisas sobre relações conjugais

sem violência a fim de, não apenas entender, mas também aprender com esses modelos positivos de conjugalidades e identificar aspectos que possam contribuir para a prevenção e redução da violência de gênero.

A Psicologia Positiva oferece essa possibilidade de leitura de mundo ao se posicionar como “estudo científico do ótimo funcionamento do ser humano” (PETERSON; SELIGMAN, 2004). Postulada por Seligman e Csikszentmihalyi (2000), trata-se de uma teoria científica “da experiência positiva subjetiva, dos traços individuais positivos e das instituições positivas e promete aumentar a qualidade de vida e prevenir as patologias que surgem quando a vida é improdutiva e sem sentido” (p.5).

Assim, a abordagem deste tema deu-se a partir do método de revisão narrativa. Segundo Rother (2007), os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual. Foram realizadas buscas às bases de dados bibliográficos eletrônicos, Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (BVS-Psi) - que agrupa a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), entre outros, e o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 2015 a 2020. A consulta foi realizada entre os meses de fevereiro de 2020 a abril de 2020 e, usadas as palavras-chave: violência de gênero, violência doméstica e relacionamento, associadas ao descritor: Psicologia Positiva.

É com as lentes da Psicologia Positiva que se pretende ler o fenômeno da violência de gênero a partir de uma análise teórica considerando resultados de estudos dos últimos cinco anos realizados com casais em relacionamentos de longa duração, considerando diversas contribuições dos estudos sobre virtudes e forças de caráter para o Bem-Estar Subjetivo e os impactos em relacionamentos saudáveis, com destaque para a variável Coragem.

Park et. al (2004) destaca que Coragem é uma virtude que ajuda as pessoas a tolerar a vulnerabilidade que faz parte do crescimento próximo a outras pessoas, ajudando assim na formação e manutenção de relacionamentos íntimos.

Embora esta revisão narrativa não substitua a necessidade de pesquisas empíricas sobre esse recorte específico, visa contribuir em duas frentes: a primeira, ao provocar a comunidade científica a explorar este campo de estudo a partir das produções da Psicologia Positiva, uma vez que o levantamento bibliográfico identificou uma lacuna de publicação; e, a segunda, ao propor um olhar sobre as relações afetivas saudáveis e entender o que elas possuem para que o padrão de violência de gênero não se estabeleça.

A partir dos resultados apresentados nos artigos analisados, a hipótese teórica deste trabalho se sustenta na correlação entre a virtude Coragem e o aumento de Bem Estar Subjetivo (BES) e que homens e mulheres com BES mais elevado apresentam maior satisfação conjugal, logo, constituem relações conjugais de longa duração. Assim, é possível inferir que as representações sobre o fenômeno da violência de gênero na expressão popular “homem que bate em mulher, covarde é” pode ser considerada como um diagnóstico antecipado, ainda que oriundo do senso comum.

Em suma, este trabalho defende que a Psicologia Positiva ao modular a variável coragem em substituição à expressão “covarde” pode intervir na proteção de homens e mulheres em relação à violência de gênero.

A estrutura que será apresentada a seguir parte do resgate do contexto histórico da violência de gênero a partir dos Estudos de Gênero e, apresentando alguns aportes da Psicologia Social para a temática. Em sequência, aprofundaremos na perspectiva da Psicologia Positiva, desde sua proposta teórica até contribuições relevantes para a ciência.

2. Metodologia

O levantamento bibliográfico inicial realizado nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (BVS-Psi) - que agrupa a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), entre outros, e o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir das palavras-chave: violência doméstica e violência de gênero com o descritor Psicologia Positiva, revelou resultado nulo, indicando uma lacuna de produção científica nesta área temática. A partir deste dado foi realizada uma segunda busca nas mesmas bases, desta vez, com as palavras-chave Satisfação Conjugal e Conjugalidade, também com o descritor Psicologia Positiva, identificando cinco artigos científicos. Descontando a repetição de publicação, chegou-se a três produções sobre o tema que formam o corpus de análise desta revisão narrativa, a saber: os trabalhos de Silva, Comin e Santos (2017), Noronha et. al (2016) e Comin e Santos (2015). Considerou-se nesta pesquisa trabalhos publicados entre 2015 e 2020. O levantamento bibliográfico foi realizado entre fevereiro e abril de 2020. Os critérios de inclusão foram: formato de artigo, disponibilidade do texto completo em suporte eletrônico, publicado em periódicos, autoria de psicólogos (as). Os critérios de exclusão foram: teses, capítulos de teses, livros, capítulos de livros, anais de congressos ou conferências, relatórios técnicos e científicos, documentos ministeriais e que estivessem fora

desse contexto. Para a análise dos artigos na íntegra, construímos uma ficha e desenvolveu-se a análise dos dados.

A estratégia de realizar as buscas com palavras-chave opostas serviu, por um lado, para identificar uma lacuna de conhecimento sobre violência doméstica e, por outro, fundamentar esta investigação na perspectiva do conhecimento que se tem sobre os aspectos saudáveis (neste caso da conjugalidade), corroborando com a proposta teórica da Psicologia Positiva para se estudar qualquer fenômeno.

Para avançar sobre a proposição de como a variável coragem atua na satisfação conjugal e como proteção à violência doméstica, é necessário, antes, retomar a constituição das relações de gênero.

3. Discussão

Antes de adentrar nos achados a partir da revisão teórica, se faz necessário um resgate da contextualização histórica da violência de gênero como forma de introduzir o tema e já apresentar de um modo mais estruturado a problemática a qual se pretende oferecer um pensamento sobre.

O que a perspectiva dos Estudos Feministas e a Psicologia sabem sobre esse tipo de violência até o momento é que ela se estrutura a partir das relações de gênero marcadas pela desigualdade de poder entre o casal, da cultura do patriarcado e do machismo constituídos histórica e socialmente como postulam Scott (1995), Saffioti (2004), Rubin (2012), entre outras.

Embora para Saffioti “o patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina” (2004, p. 136), Lerner (1986) calcula que a essa estrutura de relação nem sempre foi assim e que foi sendo constituída ao longo de cinco a sete mil anos.

O patriarcado para Saffioti (2004) é ponto nevrálgico da violência de gênero, no qual “só é considerado ato violento quando praticado por estranhos ao contrato matrimonial, sendo aceito como normal quando ocorre no seio do casamento. Ou seja, uma vez casada deve se comportar como qualquer outra mulher-objeto” (p. 443). O que corrobora com a visão de Scott (1995) quanto a identificação de relações hierarquizadas de poder entre homens e mulheres, na qual a violência é legitimada pela impunidade e reforçada pela aceitação social.

É a partir deste contexto que se sustenta o investimento, principalmente, das Teorias Feministas, a partir da década de 1960 no Brasil, na discussão de empoderamento,

horizontalização de poder, igualdade e equidade de direitos, e políticas públicas de compensação e proteção à mulher.

De acordo com Saffioti (2004), é preciso trabalhar com os dois polos envolvidos na relação violenta, visto que não se operam mudanças significativas quando se trabalha apenas com a vítima. Assim, tem-se na outra ponta o homem agressor cuja responsabilização também ganhou espaço na Lei 11.340/2006 ao trazer pra discussão, no artigo 35, inciso V, e no artigo 45, parágrafo único, respectivamente, a criação de centros de educação e reabilitação de agressores, bem como, a possibilidade do juiz determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação de agressores (AZEVEDO; NETO, 2015).

Em relação ao homem agressor o que se sabe a partir dos estudos de Connell (1997), Cecchetto (2004) e Manita (2005) é que embora haja várias teorias explicativas, alguns conceitos perpassam a todas entre eles a Masculinidade. Connell (1997) cunhou o conceito de masculinidade hegemônica ao considerar bases essencialistas e sócio construídas pautadas no poder, no papel e na hierarquia. A autora não está só, Cecchetto (2004) adiciona a categoria de virilidade como sendo um conjunto de significados sempre mutantes que são construídos a partir das relações intrapessoal, interpessoais e com o mundo e postula as práticas de mistificação da masculinidade baseada na virilidade falocêntrica, no poder atribuído ao uso da força (física e outras formas de dominação) e na capacidade de feminilizar os subordinados, sejam mulheres ou mesmo outros homens.

Considerando a cultura ocidental, mais precisamente a latinoamérica, a constituição do “ser homem” evidencia as relações sociais e produções culturais, conforme atesta Cecchetto (2004): “ser homem era sinônimo, sobretudo, de não ter medo, não chorar, não demonstrar sentimentos, arriscar-se diante do perigo, demonstrar coragem, ser ativo” (p.49).

Já Manita (2005) defende modelos multidimensionais para a compreensão desse tipo de agressor. A autora descarta o viés determinista uma vez que, de acordo com estudos do Programa de Controle da Raiva, não foi demonstrado que os agressores de violência doméstica possuem níveis de ira superiores aos dos não agressores. Dessa forma, é possível compreender que ira e raiva não conduzem, necessariamente, a comportamentos violentos. Outra questão, levantada pelo Gabinete de Estudos e Atendimentos a Vítimas de Violência da Universidade do Porto (GEAV.UP), refere-se à falta de argumentos que expliquem as situações em que agressores são violentos somente em casa (ambiente), e necessariamente com os familiares (contexto).

Assim, a autora destaca ainda outros aspectos que participam na constituição do agressor como padrões de vinculação e aprendizagem social. Comportamentos violentos são

socialmente aprendidos e a isso é dada a importância do meio, da educação e da socialização. Logo, da mesma forma que é aprendido, pode ser desaprendido ou substituído por outro mais adequado. (MANITA, 2005). A síntese é que “assentar apenas numa das vertentes teóricas deste complexo fenômeno é reduzi-lo ao senso comum. É preciso garantir que as explicações do comportamento violento sejam multifatoriais e processuais incorporando aspectos pessoais, culturais e contextuais”. (p. 238).

É a partir desta visão que a lei 11.340/2006 conferiu legitimidade para a implementação de ações por meio de programas de intervenção com homens autores de violência, sendo determinante para a criação e difusão destes programas no Brasil. Embora a Lei não regule como deve ocorrer esse tipo de intervenção, os programas mais difundidos no Brasil são os grupos reflexivos. Segundo Leite e Lopes (2013) os grupos tem o objetivo de modificar padrões naturalizados de gênero, desconstruir a ideologia patriarcal, bem como possibilitar processos de socialização baseados na equidade de gênero e na formação de novas masculinidades. O estudo de Veras, Costa e Castro (2014) com grupos reflexivos para homens autores de violência evidencia temáticas trabalhadas nos encontros como: introdução das discussões de gênero, reflexões sobre as formas de violência contra a mulher, o papel da comunicação e a solução de conflitos a partir do diálogo, identificação do comportamento agressivo, autocuidado e, abuso de álcool e outras drogas, com objetivo de prevenir reincidência, bem como a propagação das práticas e valores disfuncionais.

Dessa forma, percebe-se uma tendência, na maioria dos estudos, que parte do problema instaurado para se pensar mitigação, intervenção e reparação. Em contraponto, a Psicologia Positiva é uma perspectiva que oferece contribuições a partir de aspectos saudáveis e funcionais atuando como fatores de proteção (buffers) o que, segundo Koller (2006), referem-se a influências que favorecem respostas pessoais positivas a determinados riscos de inaptidão, estando ligada à maneira como a pessoa lida com as transições e mudanças de vida (p.213), como será visto com detalhes a seguir.

O que foi visto até aqui é que a contribuição da Psicologia, na maioria dos estudos e teorias, fundamenta-se a partir dos aspectos negativos, ou seja, as investigações se deram sobre as faltas, falhas, diferenças, distúrbios, violências e problemas que afetam os homens e mulheres e suas relações conjugais.

A Psicologia Positiva não descredencia e nem confronta ao que já foi produzido cientificamente, mas propõem outra possibilidade de leitura para o mesmo fenômeno. Ao revisitar as três missões da Psicologia, a saber: curar as doenças mentais, tornar mais feliz a vida das pessoas e, identificar e cultivar talentos humanos, o fundador da Psicologia Positiva,

Martin Seligman, identificou que desde o contexto de pós-guerra a Psicologia voltou-se para a atuação de curar as doenças adotando um modelo biomédico com foco em recuperar, restaurar, diminuir sofrimentos, em outras palavras, devolver o sujeito à condição anterior da doença ou do sofrimento, o que não, necessariamente, coloca o sujeito em uma condição de pleno funcionamento das potencialidades e estado de bem-estar. É nesse contexto que Seligman chama atenção da Psicologia para as outras duas áreas e começa a desenvolver estudos sobre o bem-estar que integra cinco fatores: emoção positiva, engajamento, sentido, relacionamentos positivos e realização (SELIGMAN, 2011). Dessa forma, ao pensar a constituição da conjugalidade percebe-se a relevância desses cinco fatores para o sucesso da relação e a felicidade dos casais.

O estudo de Silva, Comim e Santos (2017) pesquisou recursos pessoais como estratégia de manutenção do laço conjugal em casamentos de longa duração. Os pesquisadores entrevistaram 25 casais heterossexuais, cuja idade média da relação era de 39 anos. Verificou-se que para além da ausência de violência na relação, a presença de quatro pilares de sustentação das relações de longa duração que os autores chamaram de estratégias e recursos pessoais empenhados no casamento. Assim, os resultados apontaram que a compreensão, o comprometimento e doação, a espiritualidade, e a afetividade atuam na manutenção do sucesso conjugal, sendo manifestados também durante os momentos de crise no fortalecimento do laço conjugal. Para Silva, Comim e Santos (2017) o casamento é mantido por estratégias que são desenvolvidas tanto a partir de “recursos pessoais como de elementos compartilhados pelo par, o que indica que a conjugalidade oferece suporte para sua própria permanência ao longo do tempo” (p.325).

Este estudo evidencia que ao pesquisar os aspectos saudáveis e bem-sucedidos da relação serve para identificar as potencialidades para manutenção do êxito e, ao mesmo tempo, a atuação dessas variáveis nas crises como “amortecedor” dos impactos negativos como rupturas, conflitos e violência. As categorias identificadas no estudo de Silva, Comim e Santos (2017) corroboram com variáveis presentes na descrição de forças e virtudes de Park et. al (2004), sendo que a compreensão, comprometimento e doação e a afetividades estariam contempladas nas virtudes Humanidade e Amor e, a espiritualidade, inserida na virtude Transcendência.

Já o estudo de Comim e Santos (2015) analisou as correlações existente entre o Bem Estar Subjetivo (BES) e a Satisfação Conjugal (SC). Participaram 106 voluntários de ambos os sexos com tempo médio de união de 16 anos. Os resultados apontam para o papel dos afetos positivos (fator do BES) na percepção da satisfação conjugal (SC), o que é congruente,

segundos os autores, com o enfoque da Psicologia Positiva, que atesta que as pessoas que experimentam emoções positivas tendem a se engajar em relacionamentos mais satisfatórios.

Um dos fenômenos mais estudados no movimento da Psicologia Positiva é o bem estar subjetivo, que consiste em uma avaliação subjetiva da própria situação atual no mundo (Snyder; Lopez, 2009). De acordo com Diener, Oishi e Lucas (2003) o BES seria o que os leigos chamam de felicidade, prazer ou satisfação com a vida. As pessoas com alto nível de BES, segundo esses autores, seriam aquelas satisfeitas e felizes, identificando no BES um componente cognitivo (satisfação) e outro emocional. O componente emocional é referido, ora como felicidade, ora como afeto positivo e afeto negativo. Uma pessoa com balanço positivo entre o afeto positivo e o afeto negativo seria considerada feliz (LARSON, 1987).

A partir desta relação de que quanto maior o BES, maior também a satisfação conjugal e, conseqüentemente, maior também será o tempo de relação (o que é um indicador de felicidade), se faz necessário uma dedicação maior no construto BES.

O trabalho desenvolvido por Noronha et. al (2016) mostra correlações entre o BES e forças de caráter. Os resultados demonstraram que há correlações significativas positivas entre as forças de caráter e o BES, sendo que algumas parecem ter mais relação com o aumento de BES que outras.

Dentre as grandes contribuições da Psicologia Positiva destacam-se os estudos das seis virtudes e 24 forças de caráter. De acordo com Peterson e Seligman (2004), a partir da identificação e caracterização de qual/quais força(s) de caráter e virtudes que uma pessoa possui, evidencia-se uma série de comportamentos, pensamentos e sentimentos. Em síntese, os estudos mostram que as forças e virtudes podem ser cultivadas e mantidas e que de acordo com Lyubomirsky (2008), o exercício da força de caráter promove emoções positivas e, emoções positivas são contagiantes.

No estudo de Noronha et. al (2016) realizado com 237 universitários brasileiros, a força que mais se destacou obtendo correlações significativas com todos os fatores de bem-estar foi vitalidade (entusiasmo), presente na virtude coragem.

Segundo Park et. al (2004), a virtude coragem ajuda as pessoas a tolerar a vulnerabilidade que faz parte do crescimento próximo a outras pessoas, ajudando assim na formação e manutenção de relacionamentos íntimos. A coragem envolve ações e os riscos, dos ingredientes críticos para o crescimento e a realização pessoal. Atuando nesta virtude, entusiasmo é uma força dinâmica que está diretamente relacionada ao bem-estar físico e psicológico. “Essa força tem os laços mais fortes com a satisfação geral da vida e uma vida de

engajamento. É uma das duas forças mais fortemente conectadas à felicidade” (PETERSON; SELIGMAN, 2004).

Corroboram com os resultados encontrados no estudo de Noronha et. al (2016) com a população brasileira, outros estudos com populações de outros países como Park et al. (2004), nos Estados Unidos, cujos resultados indicam que as forças esperança, vitalidade, gratidão, amor e curiosidade tiveram correlação positiva moderada com satisfação com a vida, também Brdar e Kashdan (2010), na Croácia, que demonstrou que a satisfação de vida correlacionou-se mais fortemente com vitalidade, esperança, curiosidade e humor.

Assim, é possível observar que, embora os estudos tenham registrado a atuação de outras forças e que o próprio instrumento Value In Action (VIA) destaca que uma pessoa possui várias forças de assinatura, a vitalidade ou entusiasmo está presentes nos três estudos apresentando correlações mais fortes com a satisfação de vida. O investimento das intervenções dessa abordagem em promover emoções positivas, por exemplo, parte do pressuposto de que elas possuem potencial para ampliar os recursos de ação e pensamento humano, favorece a abertura a experiências, entre outros, o que, por sua vez, deverá facilitar a criação e/ou fortalecimento dos recursos pessoais (LYUBOMIRSKY, 2008).

4. Considerações Finais

Considerando que no imaginário coletivo habita a crença de que “homem que bate em mulher, covarde é”, e que nesta expressão contém elementos de constrangimento para a virilidade masculina, percebe-se também que quando a violência de gênero é realizada, identifica-se o agressor na condição de covarde.

Percebe-se então uma produção de sentidos e significados próprios do senso comum, mas que também apresenta correlações com evidências científicas. Considerando os resultados apresentados nos estudos levantados percebe-se que a força de caráter vitalidade (entusiasmo) presente na virtude Coragem atua fortemente na elevação do bem estar subjetivo e que este tem relação direta com o aumento da satisfação conjugal e promove vínculos mais duradouros.

De acordo com Park et. al. (2004), investigar quais forças são mais relevantes para elevar o BES pode ser um caminho para a promoção dele. Logo, a hipótese da relação entre virtude coragem, BES e satisfação conjugal (SILVA, COMIN e SANTOS, 2017; NORONHA

et. al. 2016; COMIN e SANTOS, 2015) sustentou-se parcialmente e destaca a importância de testar empiricamente os argumentos teóricos apresentados.

Outros estudos devem ser conduzidos para entender com mais profundidade essa relação, sobre tudo, no sentido de investigar aspectos positivos da conjugalidade que podem oferecer respostas para reduzir a violência de gênero, mas principalmente atuar na prevenção e proteção.

Embora a violência de gênero seja um tema emergente e transversal a várias áreas do conhecimento, percebem-se ainda algumas limitações de estudo. A dificuldade de coesão conceitual utilizada para traduzir esse fenômeno limita o rastreamento de produções científicas. Os desafios em elevar a questão de violência de gênero aos grandes temas de interesse da Psicologia pode evidenciar um conflito de forças e hierarquização de relevância. Até mesmo as barreiras culturais marcadas pela cultura do patriarcado, heteronormativa e machista que se apresentam como resistências silenciosas para o fomento de estudos como este, ainda que este trabalho não tem o propósito de ser um catalizador dessas questões, uma vez que se apresenta como um recorte bem seguído e por tanto não tem condições de generalizar essas questões, ainda assim reflete as mesmas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. M. O.; NETO, J. W. Lei Maria da Penha: um basta à violência de gênero. **Diálogo**, 28, 59-72, 2015. doi: <https://doi.org/10.18316/2029>

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acessada em 28.03.2020

BRDAR, I.; KASHDAN, T. B. Character strengths and well-being in Croatia: Na empirical investigation of structure and correlates. **Journal of Research in Personality**, 44(1), 151-154, 2010. doi: 10.1016/j.jrp.2009.12.001

CECCHETO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COMIM, F. S.; SILVA, L. A. Casamentos de Longa Duração: Recursos Pessoais como Estratégias de Manutenção do Laço Conjugal. **Revista Psico-UFS**, Bragança Paulista, v. 22, n2, p. 323-335, maio/ago./2017.

COMIN, F. S.; SANTOS, M. A. Relações entre bem-estar subjetivo e satisfação conjugal na abordagem da Psicologia Positiva. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 24(4), 658-665, 2015. doi: 10.1590/S0102-79722011000400005

CONNELL, R. W. La organizacion social de la masculinidad. In: VALDES, T. & OLAVARRIA, J. (Orgs) **Masculinidad/ES Poder y Crisis, ediciones de las mujeres**. n. 24. Isis, Santiago, 1997.

DIENER; OISHI, S.; LUCAS, R. E. Personality, culture and Subjective Well-Being: emotional and cognitive evaluations of life, n. 54, p. 403-425, 2003.

IPEA. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro, SBFP, 2019. 91p.

KOLLER, S., DELL'AGLIO, D. D., YUNES, M. A. **Resiliência e Psicologia Positiva: Interfaces do Risco a Proteção**. Casa do Psicólogo, 2006.

LARSON, R. W. On the independence of positive and negative affect within hour-to-hour experience. **Motivation and Emotion**, v. 11, n. 2, p. 145-156, 1987.

LEITE, F.; LOPES, P. V. L. Serviços de educação e responsabilização para homens autores de violência contra mulheres: as possibilidades de intervenção em uma perspectiva institucional de gênero. In P. V. L. LOPES, & F. LEITE (Orgs). **Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública**. Rio de Janeiro: ISER – Instituto de Estudos da Religião, 2013.

LERNER, G. **The Creation of Patriarchy**. Nova Iorque/ Oxford, Oxford University Press. Há edição espanhola, 1986.

LYUBOMIRSKY, S. **A ciência da Felicidade: como atingir a felicidade real e duradoura**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

MANITA, C. Programa de intervenção em agressores de violência conjugal. **Revista Ousar e Integrar**, n. 1, Lisboa, 2005.

MPSP. **Raio X do Femicídio em SP: é possível evitar a morte**. Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo, 2018.

NORONHA, A. P. P.; OLIVEIRA, C.; NUNES, M. F. O.; LEGAL, E. J. Bem-Estar Subjetivo: estudo de correlação com as Forças de Caráter, **Avaliação Psicológica**, vol.15, n2, Itatiba, ago./2016

PARK, N., PETERSON, C.; SELIGMAN, M. E. P. Strengths of character and well being. **Journal of Social and Clinical Psychology**, 23(5), 603-619, 2004. doi: 10.1521/jscp.23.5.603.50748

PARK, N.; PETERSON, C; SELIGMAN, M. E. P. **Strengths of character and virtues: a handbook and classification**. New York: Oxford University Press.

PETERSON, C.; SELIGMAN, M. E. P. **Character strengths and virtues: a handbook and classification**. New York: Oxford University Press, 2004.

RELÓGIO DA VIOLÊNCIA. **Instituto Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.relogiosdaviolencia.com.br/> Acesso em: 28/03/2020.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, 2007.

RUBIN, G. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SELIGMAN, M. E. P. **Florescer**: uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva. 2011.

SELIGMAN, M. E. P.; CSIKSZENTMIHALYI, M. Positive psychology: an introduction. **American Psychologist**, 55, 5-14, 2000.

SILVESTRE, R. L. S.; VANDENBERGHE, L. Os benefícios das emoções positivas. **Contextos Clínicos**, 6(1), 50-57. doi: 10.4013/ctc.2013.61.06, 2013

SNYDER, C. R.; LOPEZ, S. J. **Psicologia Positiva**: uma abordagem científica e prática das qualidades humanas. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VERAS, É. V. C. O., COSTA, J.; CASTRO, M. I. Programa de agressores como parte da resposta coordenada da comunidade – a experiência do grupo reflexivo de homens no Ministério Público do Rio Grande do Norte. **Fides: Revista de Filosofia do Direito**, do Estado e da Sociedade, 5(1), 65-83, 2014.

ⁱ Doutora em Psicologia (PUC/RS/UPorto). Professora do curso de Psicologia da PUC/RS. Email: psicologia@puhrs.br

ⁱⁱ Jornalista (Uniderp), psicólogo (UCDB/UPorto), especialista em Psicologia Positiva (PUC/RS), mestre em Psicologia (UFMS) e pesquisador do Grupo de Pesquisa Gênero e Psicologia (CNPq). Email: renato.mart@gmail.com